



# II CONGRESSO ONLINE INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO



Educação, Direitos Humanos e Acessibilidade

14 A 18 DE JUNHO DE 2021

## **GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSIBILIDADE DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, CAMPUS MACAPÁ (IFAP): LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Congresso Online Internacional de Educação, 2ª edição, de 14/06/2021 a 18/06/2021  
ISBN dos Anais: 978-65-89908-25-8

**SOUSA; Adam Benedito do Carmo de <sup>1</sup>, PEDROSA; Raimunda Conceição Rosa <sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Trata-se de uma pesquisa em andamento de Mestrado Profissional em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pará com o seguinte tema: Gestão de políticas públicas e acessibilidade de servidores com deficiência no instituto federal de educação ciências e tecnologia do Amapá, campus Macapá: limites, desafios e possibilidades. A Constituição Federal (CF) de 1988 traz como um de seus objetivos fundamentais o bem de todos seus cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito (BRASIL, CF/1988, art. 3º inciso IV), desse modo, os aspectos que estão relacionados ao bem-estar de tais servidores é de extrema importância. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os entraves que os servidores do IFAP, campus Macapá, encontram ao longo de suas carreiras e, como a implementação de ações de acessibilidade pode auxiliar no percurso deles na jornada de trabalho. Presume-se como hipótese que, a aquisição de políticas afirmativas pode minimizar os problemas de acessibilidade encontrados pelos professores e técnico administrativos com deficiências na instituição de ensino. Como problemática central desse estudo, temos a seguinte indagação: de que forma o IFAP tem se posicionado em melhorar o trabalho dos servidores com deficiência que atuam junto à instituição e, quais ações têm sido desenvolvidas? Entende-se que, a falta de informação sobre as Pessoas com Deficiências no âmbito da instituição, impedi a realização de ações eficazes. O estudo tem demonstrado que, a instituição de ensino inclui a lei de cotas para inclusão de servidores efetivos, por meio de concursos públicos, entretanto, promover e assegurar condições de igualdade ao exercício dos direitos de tais pessoas, requer ações que vão além. A pesquisa tem fundamentos legais e embasamentos teóricos ancorados principalmente nas contribuições: Alencar (2013), Duarte (2009), França (2008), Godke (2010), Gurgel (2016), Mazzoni (2003), Mendonça (2010), Neidenbach (2013), Ponte (2015), Rebelo (2008), Sasaki (2010). A pesquisa é de cunho qualitativos. A metodologia utilizada será uma pesquisa de campo

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Para (UFPA), adam.sousa@ifap.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), raimunda.pedrosa@ifap.edi.br

e, como instrumento para coleta de dados, uma entrevista com questões abertas aos servidores com deficiência e os gestores ligados à área de acessibilidade. Ao final desta dissertação, será apresentado um plano de ação institucional com recomendações que visem à melhoria da acessibilidade no âmbito do IFAP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoa com Deficiência, Acessibilidade, Instituto Federal de Educação do Amapá

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Para (UFPA) , adam.sousa@ifap.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), raimunda.pedrosa@ifap.edi.br